

CORREIO POLÍTICO

Lula Marques/Agência Brasil.



GT na CAE pode ser caminho para evitar desmoralização

Master: haverá luz sobre “deliberada cegueira”?

A primeira coisa que vem impressionando técnicos e senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) é a impressionante capacidade que um “tamborete” – ou seja, um banco considerado pequeno – como o Master teve de criar uma inacreditável rede de proteção em torno de si. A cada enxadada que a investigação do Master dá na terra, saem de lá minhocas cada vez mais graúdas. De todos os níveis, em todos os poderes. Mas a segunda coisa que por ali se comenta é que o Master é a ponta vistosa de um iceberg cuja base já se vinha investigando. Uma base que é extremamente grave: os organismos de fiscalização financeira vêm fazendo vista grossa para uma série de irregularidades no sistema bancário.

Já mostrava a Operação Colossus

Em 2022, a Polícia Federal realizou a Operação Colossus, para combater evasão de divisas e lavagem de dinheiro. A operação descobriu um esquema que teria movimentado R\$ 51 bilhões utilizando criptoativos para lavar dinheiro. Mas o que impressionou foi como tudo isso teria sido admitido pelos mecanismos de controle. Concluiu o relatório daquela investigação que haveria uma “deliberada cegueira” para tudo o que acontecia.

Lula Marques/Agência Brasil



Motta e Alcolumbre podem enrolar CPI

“Cegueira” de bancos e mecanismos

A tal “cegueira” envolvia não somente os bancos e fintechs a partir dos quais o esquema operava. Envolveria também quem faz a fiscalização e é autoridade monetária. Podemos aí estar falando da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho de Controle da Atividade Financeira (Coaf) e do próprio Banco Central. Diante da magnitude do volume de minhocas gordas que sai de cada enxadada sobre o Master, mesmo antes de o Congresso retornar às atividades, debates a respeito disso acontecem na CAE do Senado.

GT pode requisitar documentos

Especialmente porque foi ali criado um Grupo de Trabalho (GT) para acompanhar as investigações do Master. GT que, se imagina, pode vir a ser a solução para se evitar a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Embora não tenha o poder de polícia de uma CPI, a CAE pode requisitar documentos, inclusive sigilosos, e convocar pessoas para depoimentos.

POR
RUDOLFO LAGO

Desmoralização

É possível, portanto, a partir do Grupo de Trabalho ali criado manter o tema em evidência e fazer com que por ali o Senado tenha participação relevante no processo. O que se comenta na CAE é que pode vir por lá uma solução política para não fazer com que o Senado corra o risco de se desmoralizar.

Abafa

O risco viria a partir de uma grande “operação abafa” sobre o Master. Porque o que se comenta é a possibilidade de que tanto os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), quanto do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil) façam o máximo para enrolar e postergar a instalação de uma CPI ou CPMI.

Motta

Na sexta-feira (23), Hugo Motta viu seu nome envolvido no rolo a partir da notícia de que fez uma emenda na lei que regulamentou o mercado de carbono criando uma injeção compulsória de bilhões de reais no sistema, o que poderia beneficiar negócios de Henrique Vorcaro, pai de Daniel Vorcaro, dono do Master.

Alcolumbre

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, não viu seu nome envolvido diretamente. Mas o fundo de Previdência do Amapá, estado de Alcolumbre, é um dos que investiu dinheiro no Master e se vê enrolado a essa altura, com um rombo de R\$ 400 milhões. Podem estar envolvidas no Amapá pessoas ligadas a Alcolumbre.

CPMI

Uma CPMI, comissão mista, talvez fosse mais fácil de ser instalada que uma CPI, comissão somente na Câmara ou no Senado, porque há outros pedidos na fila. Mas dependeria de Alcolumbre convocar uma sessão mista do Congresso e, nessa sessão, ler o pedido e instalar a comissão.

Eleições

O que se imagina é que Alcolumbre possa ficar adiando esse momento. Como estamos em um ano eleitoral, se tal instalação for adiada por muito tempo, a comissão se inviabiliza. A partir do final do primeiro semestre, a expectativa é que o Congresso se esvazie completamente por causa das eleições

Andressa Anholete/Agência Senad



Marinho desiste de candidatura para ajudar Flávio

Marinho assume campanha de Flávio

Principal objetivo é ampliar candidatura no Nordeste

Por Gabriela Gallo

Apesar de ainda poder mudar de ideia, o anúncio do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de que concorrerá à reeleição ao governo do estado e não à Presidência da República movimenta a campanha eleitoral do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Na última semana, o senador Rogério Marinho (PL-RN) desistiu de concorrer ao governo do Rio Grande do Norte para coordenar a campanha política de Flávio. A medida visa fortalecer a imagem de Flávio para ampliar o palanque político do senador na região Nordeste. Marinho afirma que sua decisão decorre de um pedido do ex-presidente Jair Bolsonaro.

“Neste momento difícil, ele [Jair Bolsonaro] me pede que me some à luta de seu filho, Flávio,

para que juntos possamos resgatar o país. A gratidão, a solidariedade e a lealdade a Jair Bolsonaro e ao que ele representa definem a minha decisão. Abro mão da minha candidatura e do sonho de governar o Rio Grande do Norte para me somar à luta de milhões de brasileiros que compreenderam que derrotar o PT é uma necessidade histórica de salvar o Brasil”, manifestou Marinho em uma nota oficial divulgada em suas redes sociais.

Ao Correio da Manhã, o professor de políticas públicas do

Ibmec Brasília Eduardo Galvão destacou que o movimento do senador potiguar “diz menos sobre vaidade pessoal e mais sobre cálculo político”.

“Ao abrir mão de uma disputa estadual relativamente confortável no Rio Grande do Norte, ele assume a tarefa mais difícil do campo bolsonarista hoje, que é tornar uma candidatura nacional viável em regiões onde o sobrenome Bolsonaro encontra forte resistência, especialmente no Nordeste”, explicou o professor.

Em dezembro, pesquisa Real Time Big Data mostrava Marinho empurrado, dentro da margem de erro, na liderança para o governo potiguar. Ele, porém, aparecia em segundo. O primeiro era o prefeito de Mossoró, Alysson Bezerra (União Brasil), com 36%. O senador tinha 34%.

Estratégia

A reportagem ainda conversou com a especialista em Marketing Político e Estratégia e também CEO da AIS Agency (Agency of Intelligent Strategies) Eliz Grigoletti, que avaliou que a estratégia de Marinho deve partir de um “diagnóstico objetivo: não é realista imaginar que Rogério Marinho consiga converter toda a rejeição histórica do bolsonarismo no Nordeste”. Diante disso, ela reiterou que “o papel da articulação política não é virar o jogo, mas mitigar perdas e reduzir resistências”.